

**Sérgio Ricardo de Souza
Willian Silva**

COMENTARIOS A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

Lei 13.869, de 05 de setembro 2019

**Em conformidade com o Pacote Anticrime
(Lei 13.964/2019)**

**Curitiba
Juruá Editora
2020**

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a exceléncia do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-030-0



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Emani de Carvalho Pacheco

Souza, Sérgio Ricardo de.

S729 Comentários à nova lei de abuso de autoridade: Lei 13.869, de 05 de setembro 2019 em conformidade com o pacote anticrime (Lei 13.964/2019)./ Sérgio Ricardo de Souza, Willian Silva./ Curitiba: Juruá, 2020.

196p.; 21cm

1. Abuso de autoridade – Brasil. 2. Brasil. Lei 13.869 de 5 de setembro de 2019. I. Silva, Willian. II. Título.

CDD 345.02322 (22.ed)

CDU 343.353

00075

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS	17
Art. 1º	17
1 PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	17
2 SUBSTITUIÇÃO E REVOGAÇÃO DA LEI 4.898/1965: ANTECEDENTES	18
2.1 Vigência da Lei 13.869/2019	20
2.1.1 Retroatividade da norma penal mais benéfica	20
3 SUJEITO ATIVO.....	22
4 DOLO ESPECÍFICO OU ELEMENTO SUBJETIVO ESPECIAL DO TIPO	23
4.1 Rejeição da Denúncia ou da Queixa	25
5 DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA (CP, ART. 339)	27
Capítulo II DOS SUJEITOS DO CRIME	29
Art. 2º	29
1 AUTORIDADE.....	30
1.1 Sujeito Ativo.....	30
2 COMPETÊNCIA.....	31
2.1 Servidor Militar.....	32
Capítulo III DA AÇÃO PENAL	33
Art. 3º	33
NATUREZA DA AÇÃO PENAL (APPI)	33
Capítulo IV DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO E DAS PENAS RESTITUTIVAS DE DIREITOS.....	37
Seção I – Dos Efeitos da Condenação	37
Art. 4º	37
1 EFEITOS DA CONDENAÇÃO	38
2 EFEITOS ESPECÍFICOS DA CONDENAÇÃO	39

Seção II – Das Penas Restritivas de Direitos	41
Art. 5º	41
1 PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO.....	41
1.1 Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas	41
1.2 Da Suspensão	42
Capítulo V DAS SANÇÕES DE NATUREZA CIVIL E ADMINISTRATIVA.....	43
Art. 6º.....	43
1 INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS	43
Art. 7º.....	45
1 INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS	45
Art. 8º.....	46
1 ESTADO DE NECESSIDADE, LEGÍTIMA DEFESA, ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL OU EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	46
Capítulo VI DOS CRIMES E DAS PENAS.....	48
Art. 9º.....	48
1 MODALIDADES DE PRISÕES CAUTELARES	49
1.1 Novo Modelo Cautelar: Lei 12.403/2011.....	50
2 DA PRISÃO EM FLAGRANTE.....	53
2.1 Modalidades Tradicionais de Flagrante Delito.....	53
2.2 A Prisão em Flagrante e Alterações Introduzidas pelas Leis 12.403/2011 e 13.964/2019	55
2.3 Descumprimento do Prazo de 24 para Apresentação do Preso ..	57
3 DA PRISÃO TEMPORÁRIA	59
4 DA PRISÃO PREVENTIVA	61
4.1 Fundamentos ou Motivos para a Prisão Preventiva	63
4.1.1 Garantia da ordem pública	64
4.1.2 Garantia da ordem econômica.....	66
4.1.3 Conveniência (necessidade) da instrução criminal	67
4.1.4 Assegurar a aplicação da lei penal	68
4.1.5 Descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão	69
4.2 Alterações Introduzidas pelas Leis 12.403/2011 e 13.964/2019 no Art. 313 do CPP	71

5	OPÇÕES DO MAGISTRADO, NA PERSPECTIVA DO ART. 310 DO CPP	74
6	PRISÃO ABUSIVA	81
6.1	Parágrafo Único do Art. 9º da Lei 13.869/2019	82
7	SUJEITO ATIVO.....	84
8	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	85
Art. 10	86
1	CONDUÇÃO COERCITIVA ABUSIVA.....	86
1.1	Condução Coercitiva Ilegal de Testemunha ou Investigado	86
1.1.1	Autoridades competentes para “decretar” a condução coercitiva (sujeitos ativos)	89
1.1.1.1	Membros do Ministério Público da União e dos Estados	89
1.1.1.2	Autoridades policiais	91
1.1.1.3	Presidentes e relatores de sindicâncias e processos administrativos	91
2	CONSTITUCIONALIDADE.....	92
3	SUJEITO ATIVO.....	93
4	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO.....	93
5	CRIME FORMAL.....	93
6	CONSUMAÇÃO.....	94
7	CRIME COMISSIVO	94
8	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	94
Art. 11	96
Art. 12	96
1	OMISSÃO ABUSIVA E PROLONGAMENTO ABUSIVO	96
1.1	Deixar de Apresentar o Preso em Flagrante Delito para a Autoridade de Custódia.....	97
1.2	Omissão da Comunicação de Cumprimento de Ordem de Prisão Temporária ou Preventiva.....	98
1.3	Omissão da Comunicação da Prisão Precautelar ou Cautelar e do Local Onde se Encontra a Pessoa, à sua Família ou à Pessoa por Ela Indicada	99
1.4	Omissão de Entrega ao Preso, no Prazo de 24 (Vinte e Quatro) Horas, da Nota de Culpa, Assinada pela Autoridade, com o Motivo da Prisão e os Nomes do Condutor e das Testemunhas	99
1.5	Prolongar o Cumprimento de Medidas Coercitivas da Liberdade.....	99

2	SUJEITO ATIVO.....	100
2.1	Sujeito Ativo (Inc. I).....	100
2.2	Sujeito Ativo (Inc. II).....	101
2.3	Sujeito Ativo (Inc. III).....	101
2.4	Sujeito Ativo (Inc. IV)	101
3	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO.....	101
4	CRIME OMISSIVO PRÓPRIO	102
5	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	102
6	CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.....	103
Art. 13	104
1	CONSTRANGIMENTO ABUSIVO.....	105
2	SUJEITO PASSIVO.....	105
3	CONSTRANGIMENTO ABUSIVO <i>vs</i> CRIME DE TORTURA..	105
4	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO.....	106
5	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	107
Art. 14	109
Art. 15	109
1	CONSTRANGIMENTO CONTRA PESSOAS IMPEDIDAS DE DEPOR.....	111
2	SUJEITO ATIVO.....	111
3	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO.....	112
4	CRIME FORMAL.....	112
5	CRIME COMISSIVO.....	112
6	TENTATIVA E CONSUMAÇÃO.....	112
7	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	113
Art. 16	113
1	OMISSÃO OU Falsa IDENTIFICAÇÃO	114
2	SUJEITO PASSIVO.....	114
3	SUJEITO ATIVO.....	114
3.1	Audiência de Custódia	115
4	CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.....	115
Art. 17	116
Art. 18	116
1	INTERROGATÓRIO POLICIAL ABUSIVO	116
2	SUJEITO ATIVO.....	116
3	SUJEITO PASSIVO.....	117
4	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	117
5	CRIME COMISSIVO	117

6	CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	117
Art. 19.....		118
1	IMPEDIR OU RETARDAR O EXERCÍCIO DE DIREITO DE PETIÇÃO	118
2	SUJEITO ATIVO.....	120
3	SUJEITO PASSIVO.....	120
4	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	120
5	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	121
Art. 20.....		122
1	CERCEAMENTO A ENTREVISTA PESSOAL E RESERVADA COM ADVOGADO	123
2	SUJEITO ATIVO.....	125
2.1	Concurso de Pessoas	125
3	SUJEITO PASSIVO.....	126
4	CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	126
Art. 21.....		127
1	PRISÃO ABUSIVA	127
1.1	Constitucionalidade	127
1.2	Sujeito Ativo	130
1.3	Elemento Subjetivo do Tipo	130
1.4	Crime Formal	131
1.5	Consumação	131
Art. 22.....		131
1	VIOLAÇÃO ABUSIVA DE IMÓVEL ALHEIO	132
1.1	Constitucionalidade	134
1.2	Sujeito Ativo	134
1.3	Elemento Subjetivo do Tipo	134
1.4	Crime Formal x Crime de Mera Conduta.....	135
1.5	Consumação	135
Art. 23.....		136
1	INOVAÇÃO ARTIFICIOSA	136
2	OBJETO JURÍDICO	137
3	SUJEITOS ATIVO E PASSIVO	137
4	CONDUTA TÍPICA	137
5	ELEMENTO SUBJETIVO	138
6	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	139
7	CLASSIFICAÇÃO DO CRIME	139

Art. 24.....	139
1 CONSTRANGIMENTO ILEGAL A FUNCIONÁRIO DE INSTITUIÇÃO HOSPITALAR.....	139
2 OBJETO JURÍDICO	140
3 SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	141
4 CONDUTA TÍPICA.....	141
5 ELEMENTO SUBJETIVO	141
6 CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	142
7 CLASSIFICAÇÃO DO CRIME.....	142
Art. 25.....	142
1 OBTENÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE PROVA MANIFESTAMENTE ILÍCITA	142
1.1 Teoria da Prova	142
2 CONCEITO DE PROVA	143
3 PRINCÍPIOS GERAIS E CONSTITUCIONAIS ALUSIVOS À COLETA E PRODUÇÃO DA PROVA	144
4 PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DA PROVA ILÍCITA	144
5 INADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS NO DIREITO BRASILEIRO	145
5.1 Objeto Jurídico	146
5.2 Sujeitos Ativo e Passivo	147
5.3 Elemento Subjetivo do Tipo	147
5.4 Consumação	148
Art. 26.....	148
Art. 27.....	148
1 INVESTIGAÇÃO ABUSIVA.....	148
2 OBJETO JURÍDICO	149
3 SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	149
4 CONDUTA TÍPICA.....	149
5 ELEMENTO SUBJETIVO	150
6 CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	151
7 CLASSIFICAÇÃO.....	151
Art. 28.....	151
1 VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE E HONRA	151
1.1 Objeto Jurídico	151
1.2 Sujeitos Ativo e Passivo	153
1.3 Conduta Típica	153
1.4 Elemento Subjetivo	153
1.5 Consumação e Tentativa	153

1.6	Classificação do Crime	154
Art. 29.....		154
1	FALSIDADE DE INFORMAÇÃO.....	154
1.1	Objeto Jurídico.....	154
1.2	Sujeitos Ativo e Passivo.....	155
1.3	Conduta Típica.....	155
1.4	Elemento Subjetivo	155
1.5	Consumação e Tentativa	155
1.6	Classificação do Crime	156
Art. 30.....		156
1	OBJETO JURÍDICO	156
2	SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	157
3	CONDUTA TÍPICA.....	157
4	ELEMENTO SUBJETIVO	158
5	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	158
6	CLASSIFICAÇÃO DO CRIME	158
Art. 31.....		158
1	ATRASO INJUSTIFICADO NA APURAÇÃO.....	158
1.1	Objeto Jurídico.....	158
1.2	Sujeitos Ativo e Passivo.....	160
1.3	Conduta Típica.....	160
1.4	Elemento Subjetivo	160
1.5	Consumação e Tentativa	160
Art. 32.....		161
1	PROIBIÇÃO ABUSIVA DE ACESSO AOS AUTOS	161
2	OBJETO JURÍDICO.....	162
3	SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	162
4	CONDUTA TÍPICA.....	162
5	ELEMENTO SUBJETIVO	163
6	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	163
Art. 33.....		163
EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DE PODER	163	
1.1	Objeto Jurídico.....	164
1.2	Sujeitos Ativo e Passivo.....	164
1.3	Conduta Típica.....	164
1.4	Elemento Subjetivo	164
1.5	Consumação e Tentativa	165

Art. 34.....	165
Art. 35.....	165
Art. 36.....	165
1 EXCESSO NA MEDIDA CAUTELAR PATRIMONIAL	165
1.1 Objeto Jurídico	166
1.2 Sujeitos Ativo e Passivo	166
1.3 Conduta Típica	166
1.4 Elemento Subjetivo	167
1.5 Consumação e Tentativa	167
1.6 Classificação do Crime	168
Art. 37.....	168
1 VISTA DOS AUTOS POR TEMPO EXCESSIVO	168
1.1 Objeto Jurídico	169
1.2 Sujeitos Ativo e Passivo	169
1.3 Conduta Típica	169
1.4 Elemento Subjetivo	170
1.5 Consumação e Tentativa	170
Art. 38.....	170
1 DIVULGAÇÃO ANTECIPADA DE CULPA	170
1.1 Objeto Jurídico	172
1.2 Sujeitos Ativo e Passivo	172
1.3 Conduta Típica	172
1.4 Elemento Subjetivo	173
1.5 Consumação e Tentativa	173
Capítulo VII DO PROCEDIMENTO	173
Art. 39.....	173
Capítulo VIII DISPOSIÇÕES FINAIS.....	174
Art. 40.....	174
Art. 41.....	176
Art. 42.....	177
Art. 43.....	178
Art. 44.....	180
Art. 45.....	181
REFERÊNCIAS	183
ÍNDICE REMISSIVO	185